O futuro e o presente do Património

A opinião de Maria Ramalho

Entrevista | Regis Barbosa, Vítor Cóias
Fotografias | Estudio2olhares.com

Neste número da P&C tivemos o prazer de entrevistar uma das personalidades mais ativas na defesa do Património Cultural em nosso país, a arqueóloga Maria Ramalho, recentemente eleita presidente do Conselho de Administração do ICOMOS Portugal. Maria Ramalho é reconhecida, não só pela sua ação no ICOMOS Portugal, onde já desempenhou a função de Secretária-Geral da Comissão Executiva, como também pelas suas investigações no âmbito da Arqueologia da Arquitetura e pelo seu trabalho desenvolvido na atual Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Conversámos sobre temas que marcam hoje os desafios reservados ao futuro da nossa herança

Maria Ramalho

Presidente do Conselho de Administração do ICOMOS Portugal

P&C – No final de 2015 foram eleitos os novos corpos sociais do ICOMOS-Portugal. Haverá uma continuidade relativamente ao trabalho da anterior direção? O que planeia o novo Conselho de Administração para o próximo biénio?

Maria Ramalho – A 15 de dezembro de 2015 foram eleitos em Assembleia Geral os novos corpos sociais do ICOMOS Portugal (ICOMOS-PT). Apesar de se ter sempre a sensação de que se poderia ter feito mais, o nosso objetivo é, sem dúvida, dar continuidade ao trabalho anterior, unanimemente reconhecido como de grande qualidade e, se possível, aprofundar a componente de intervenção direta do ICOMOS-PT como promotor de iniciativas com relação direta com a sua missão como organismo que se dedica a promover a conservação, proteção, uso e valorização de monumentos, centros urbanos e sítios, mas também, se possível, reforçar o seu papel como consultor independente que é de entidades com responsabilidade na gestão do património, disponibilizando a experiência dos seus membros, que se encontram entre os melhores técnicos destas áreas. Embora o ICOMOS seja uma instituição internacional dedicada aos monumentos e sítios, todos sabemos que, quando se atua em património não existem fronteiras, sendo por exemplo muito importante as opções que se tomam em termos de política de ordenamento do território, algo que infelizmente em Portugal não tem, como se vê, corrido muito bem… Poderia, em resumo, dizer que o que desejamos para o próximo biénio era conseguir sensibilizar as instâncias com responsabilidade na gestão do património para a necessidade de aprofundarem a sua missão como garantes da salvaguarda de valores patrimoniais, encorajando a que cada vez mais as convenções e recomendações internacionais que o ICOMOS tem vindo a publicar sejam realmente tidas em conta. Por outro lado, gostaríamos de conseguir incentivar os membros da nossa associação e os cidadãos em geral a dedicarem um pouco mais de tempo à defesa das suas paisagens, das suas cidades e dos seus monumentos, numa abordagem holística. Acredito que quando compreendermos que não existe separação entre nós humanos e o resto, que partilhamos um mundo em que cada aspeto se relaciona com o todo, poderemos melhorar muito o relacionamento que temos connosco, com os outros e com o planeta.

> “… gostaríamos de conseguir incentivar os cidadãos em geral a dedicarem um pouco mais de tempo à defesa das suas paisagens, das suas cidades e dos seus monumentos numa abordagem holística.”

P&C – Nos últimos anos as alterações nos contextos político e económico resultaram numa diminuição do investimento do Estado no Património em Portugal. Há possibilidade de revertermos este quadro? Que futuro poderemos construir no que concerne à conservação e valorização do Património?

Maria Ramalho – O Estado deixou de investir e até de algum modo parece desejar não investir mais em setores aos que, erradamente, atribui menor importância. É o caso da cultura, por isso temo que cada vez mais se criem situações insustentáveis ao nível das instituições do Estado que têm responsabilidades culturais, nomeadamente na área do património, a braços com uma cada vez maior falta de meios humanos, logísticos e financeiros, situação esta que, a somar ao peso burocrático dos procedimentos a que a Administração Pública está obrigada, acaba por dar a ideia errada que os Serviços não funcionam. É por isso de uma enorme injustiça verificar que em organismos onde atualmente se encontram alguns dos técnicos mais qualificados nestas áreas, seja tão difícil levar a bom termo iniciativas tão urgentes na área da gestão,

conservação e valorização do património, levando depois a que alguns setores da sociedade julguem que melhor seria se transitassem para a esfera privada, para fundações ou outro tipo de organismos. Por isso é urgente que esta situação se inverta reforçando-se as instituições públicas de âmbito central ou regional de modo a que elas possam cumprir a sua missão, quer seja por exemplo ao nível da gestão da arqueologia nacional, de definição de políticas de salvaguarda do património, da realização de obras nos nossos principais monumentos e museus portugueses, ou na obrigatoriedade de se pronunciar sobre projetos com forte impacto no território ou sempre que possa estar em causa a integridade de imóveis classificados ou de zonas de proteção, missão esta que, de modo algum, é passível de alienação. Isto não quer dizer que não se tenha em conta o papel fundamental da iniciativa privada, ou de outras instituições ligadas à atividade cultural, pelo contrário, quando neste país existiu não só algum financiamento, mas também uma visão estratégica por parte do Estado sobre qual era o seu papel em termos culturais, afirmaram-se muitas empresas especializadas, por exemplo, nos setores da conservação e restauro, da arqueologia ou da museologia, e aumentou o número de intervenções em monumentos e sítios. Entretanto perdeu-se muito tempo, algumas áreas sofreram muito com o desinvestimento e por isso é necessário voltar a criar confiança, acreditar que as boas práticas vieram para ficar.

P&C – Ainda neste âmbito, o ICOMOS tomou uma posição bastante crítica perante o Plano Estratégico Cultural da Área de Belém. Ao que parece este plano não está em consonância com a visão do novo governo. É necessária alguma alteração na gestão dos monumentos de Belém? Podemos coadunar o turismo e a democratização do Património?

Maria Ramalho – A nossa visão crítica em relação ao "Plano Estratégico Cultural da Área de Belém" foi publicamente divulgada e prende-se exatamente com o que disse antes. Não está em causa que é necessário encontrar uma nova estratégia cultural para esta zona, aliás o ICOMOS e o ICOM, junto com outras associações, foram as primeiras entidades a afirmar que era imprescindível criar uma nova dinâmica entre as várias entidades que estão no terreno, desde logo aquelas que gerem os diferentes monumentos, museus e jardins históricos, não esquecendo, obviamente, a Câmara e a Junta de Freguesia de Belém, com responsabilidades na gestão do território. Mas daí a colocar a tónica no aumento massivo de turistas, no máximo de rentabilidade da zona e na retirada da linha de comboio, entre outros aspetos vai um passo de gigante… O que queremos é que se pense primeiro nos residentes, nos valores culturais que aí existem, sobretudo por se tratar de uma zona onde existem bens classificados como de valor universal. Estamos completamente contra esta lógica que agora começa a imperar que tudo é uma marca e um produto, Lisboa é uma marca, Belém é um produto! De onde vêm estes conceitos? Quem são as empresas a quem se encomendam estes Planos, quantos técnicos da área do património têm nos seus quadros? Os monumentos e as cidades devem ser sustentáveis também em termos económicos, mas se não o são em termos culturais e ambientais deixam de existir, perdem-se para sempre correndo aí o sério risco de se transformar realmente num produto como outro qualquer.

P&C – Portugal conta hoje com diversos sítios inscritos como Património Mundial da UNESCO, não obstante, estão a ser preparadas candidaturas para que novos locais possam vir a integrar esta listagem. O número de sítios com esta classificação não deve ter limites? Ou, pelo contrário, quanto mais sítios na lista maior será a proteção e valorização do Património?

Maria Ramalho – Portugal conta hoje com um número muito razoável de bens inscritos como Património Mundial, ao todo são 15, desde paisagens culturais, cidades e monumentos. O que julgamos mais importante não é que se continue à procura da próxima "galinha dos ovos de ouro", pois é muitas vezes isso que está na ideia de algumas propostas, ou de que forma se pretende, através destas candidaturas, dar mais visibilidade ao nosso cantinho, à nossa terrinha, mas que exista, por parte dos cidadãos portugueses em geral, um orgulho, mas sobretudo uma responsabilidade em proteger e gerir convenientemente o que já se encontra classificado. O país não é assim tão grande mas o seu património natural e cultural é muito rico e diverso estando a maioria dele a precisar de uma atenção reforçada, não sendo obrigatório que isso passe por um reconhecimento internacional.

P&C – Quanto ao Património das cidades, o atual aumento das obras de reabilitação urbana representa um ganho para a valorização do Património? As boas práticas estão presentes?

Maria Ramalho – A reabilitação das nossas cidades históricas foi sendo adiada por diversas razões. O país foi crescendo de forma errada, resultando hoje na situação de crise urbanística e, em certos casos também ambiental que conhecemos, com as cinturas urbanas altamente desqualificadas e onde, em alguns casos, se foram ocupando solos de grande aptidão agrícola ou zonas verdes de extrema importância. Neste momento, após o pico da crise da construção civil diga-se, das empresas dedicadas à construção nova, vemos disparar as intervenções nas zonas históricas. Como em tudo, existem vantagens e desvantagens mas, o que se observa, é uma tendência para se ver as questões a curto prazo, para se avançar sem pensar, sem ter em conta as boas práticas que devem estar sempre presentes em intervenções desta natureza. A alteração ao regime das rendas que infelizmente surge depois de anos de inércia, acompanhada de uma legislação demasiado facilitadora, está a provocar um retrocesso enorme no que se vinha alcançando ao nível dos princípios de atuação em património arquitetónico. E, paradoxalmente, nunca como hoje se vêm tantos técnicos formados na área da reabilitação, na verdadeira reabilitação, aquela que tem por objetivo manter os valores dos edifícios ou dos conjuntos edificados, a sua integridade e autenticidade, e não numa falsa reabilitação que mais não é que uma renovação urbana que, na prática, procura garantir a continuidade das empresas de construção nova, não habilitadas a intervir em património. Assim, observo com grande desgosto que entidades com responsabilidade na gestão das zonas históricas estão a deixar demolir interiores de conjuntos do maior interesse patrimonial, preocupando-se apenas com as fachadas. Esta situação é terrível pois em Portugal podemo-nos gabar de ter herdado cidades com uma estratigrafia milenar que não foram atingidas como outras por guerras, ou semelhantes cataclismos. Mesmo a cidade de Lisboa conseguiu preservar um património muito relevante anterior ao século XVIII. No entanto, se nada for feito, corremos o risco de assistir a um verdadeiro *tsunami*, sobretudo nas cidades que estão mais vulneráveis pelo aumento exponencial de turistas. Apesar disso, existem aqueles que, compreendendo o valor deste património e até o seu interesse económico, estão preocupados em manter o "espírito dos lugares", por exemplo tendo em conta os antigos materiais de construção, dando assim continuidade a atividades tradicionais e sendo amigo do ambiente. Essas sim são as empresas que deveriam ser incentivadas, muitas delas pequenas e médias empresas, exatamente aquelas que todas as estatísticas dizem fazer crescer e mexer o País e que tantas vezes têm à frente jovens que optaram por ficar em Portugal.

> "… algumas áreas sofreram muito com o desinvestimento e por isso é necessário voltar a criar confiança, acreditar que as boas práticas vieram para ficar."

P&C – O tema do Dia Internacional de Monumentos e Sítios deste ano foi "O Património do Desporto". Qual a importância da relação entre estes dois campos? Poderíamos destacar alguns monumentos onde Património e desporto estejam bem representados?

Maria Ramalho – O ICOMOS Internacional escolheu para comemorar o dia dos Monumentos e Sítios um tema inesperado mas que acabou por ser desafiante. Nada talvez tenha

tanto impacto na sociedade atual como os grandes acontecimentos desportivos, muitas vezes a um nível que considero pouco saudável. No entanto, existe todo um conjunto de tradições, de elementos patrimoniais de valor material ou imaterial que, ao longo dos séculos, surgem associados ao desporto e que nos falam da cultura dos povos e, por essa razão merecem uma atenção especial. É importante, por exemplo, chamar a atenção para a forma como o Desporto se foi instituindo, apropriando-se, sobretudo com o advento da sociedade capitalista, do que eram os jogos ou passatempos populares, transformando-os em fenómenos desportivos de massas, enaltecendo em demasia o espírito competitivo e movimentando verbas inimagináveis. Julgo que estava também na altura de se começar a ter uma abordagem mais crítica e informada do fenómeno desportivo e da utilização negativa que muitas vezes se faz dos grandes eventos, como se utilizam as verbas disponíveis, ou não, para construir equipamentos desnecessários ou para levar a cabo reconversões urbanísticas demasiado violentas, como se viu recentemente no Brasil e antes se tinha visto em Portugal, com a construção desnecessária de estádios que hoje são um enorme peso para as regiões onde foram erguidos. O ICOMOS-PT organizou, juntamente com a DGPC que é a entidade que, em termos nacionais, tem o papel de promotor e congregador de iniciativas, uma sessão onde foram abordados alguns casos interessantes sobre este tipo de património e o seu significado cultural, estou a lembrar-me do papel do desporto na antiguidade, da importância durante o Estado Novo da construção de grandes equipamentos desportivos e do seu significado ou dos desafios que se colocam hoje à inventariação e classificação de estruturas com esta dimensão como estádios, piscinas etc.

P&C – A deficiente qualificação dos técnicos – sobretudo arquitetos – que projetam as intervenções no Património, bem como a dos empreiteiros que as executam, estão frequentemente na origem de intervenções demasiado "pesadas" e, ao limite, atentatórias do caráter e autenticidade desse Património. Tem o ICOMOS Portugal em vista iniciativas para lidar com este problema?

Maria Ramalho – Como disse anteriormente, hoje, como nunca, existem técnicos altamente qualificados e empresas que apostam na verdadeira reabilitação das cidades ou na conservação e restauro de monumentos e sítios, talvez não tanto como desejaríamos, mas todos os anos surgem mais alunos interessados em aperfeiçoar os seus conhecimentos frequentando cursos que as várias universidades vão organizando. Agora se os organismos da administração central, regional e local e, acima disso tudo, se o próprio governo, quando promulga as leis, não tem em conta que a atuação nos edifícios antigos em geral, e no património arquitetónico e arqueológico em particular, exige uma formação e cuidados especializados, o que nos resta? Nesta difícil questão, como em tantas outras de igual dificuldade, e voltando ao início desta entrevista, só nos resta uma hipótese, exigirmos como cidadãos, de preferência organizados em associações, que não se condene de modo irreversível algo que a todos pertence. É também este o desígnio do ICOMOS-PT mas, para tal, é necessário que os seus membros, sem dúvida entre os melhores e os mais qualificados nestas áreas, assim o queiram. Eu pela minha parte acredito que sim. ■

> "Os monumentos e as cidades devem ser sustentáveis também em termos económicos, mas se não o são em termos culturais e ambientais deixam de existir."